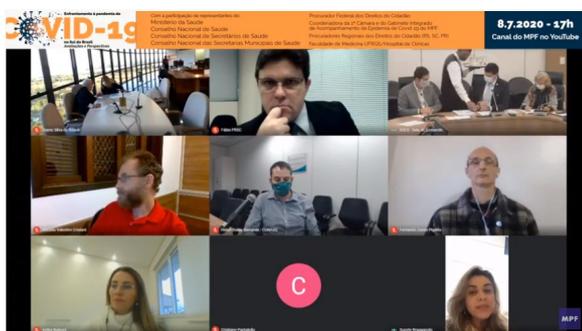




O que está sendo feito?

1. Desafios do combate à covid-19 na região Sul com a chegada do inverno são tema de webinar



A coordenadora nacional finalística do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia de Covid-19 (Giac), Célia Regina Souza Delgado, participou nesta quarta-feira (8) do webinar Enfrentamento da Pandemia de Covid-19 no Sul do Brasil: Avaliação e Perspectivas. Promovido pelas Procuradorias da República de SC, RS e

PR e pela Procuradoria Regional da República da 4ª Região, o encontro foi transmitido ao vivo pela internet, discutiu as políticas públicas para conter o avanço da doença e as estratégias adotadas pelos estados da região Sul com a chegada do inverno, quando a perspectiva é de que o problema se agrave. O evento teve a participação de procuradores dos três estados da região; do procurador federal dos Direitos do Cidadão, Carlos Alberto Vilhena; e de representantes do Ministério da Saúde, dos Conselhos Nacionais de Secretários de Saúde (Conass) e de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), além de especialistas.

Célia destacou a importância da atuação coordenada e do diálogo neste momento. “Precisamos estar muito unidos nessa missão de enfrentamento da covid-19, incluindo Ministério Público, órgãos de controle, órgãos de saúde, governos estaduais e municipais, além do Ministério da Saúde”. Ela informou que o Giac está em contato diário com o ministério, de forma a subsidiar a atuação dos membros nas pontas, em busca de atuação eficaz e coordenada. Procuradores da região Sul relataram que a criação dos grupos de focalizadores nos estados contribuiu para aprimorar o trabalho do MP desde o início da pandemia.

O esforço conjunto e a importância da atuação estratégica do MP também foram abordados nas apresentações dos representantes dos órgãos de saúde, entre eles, o secretário de Atenção Especializada (Saes) do Ministério



da Saúde, Luiz Franco Duarte. Ao falar sobre distribuição de respiradores, recursos financeiros, insumos e medicamentos, ele pediu o apoio do Ministério Público para cobrar dos responsáveis o correto preenchimento dos sistemas que monitoram o avanço da doença e as taxas de ocupação de leitos de UTI, dados que orientam a estratégia do Ministério. Falou sobre os critérios de distribuição dos insumos e a requisição administrativa de remédios do kit intubação feita pelo Ministério da Saúde junto à indústria, para atender aos estados em situação crítica. Sobre a licitação centralizada dos remédios do kit, com registro de preço em ata, conforme previsto em acordo mediado pelo Giac, informou que a ata já está disponível para adesão pelos estados e municípios. [Veja o vídeo do evento.](#)

2. Decisão dá prazo para a regularização do fornecimento de insumos para testes no Lacen/TO

A Justiça Federal deu prazo de cinco dias para que a União e o governo do Tocantins comprovem a regularização do abastecimento do estoque de todos os insumos necessários para o funcionamento do Laboratório Central do Tocantins (Lacen/TO), no que se refere aos kits reagentes para teste diagnóstico da covid-19, método de RT-PCR. A decisão atende a ação conjunta proposta pelo Ministério Público do Tocantins (MP/TO), Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Trabalho (MPT), que apontam as graves implicações da falta de testes para o enfrentamento da pandemia. Além de regularizar o abastecimento, a União e o governo estadual devem apresentar um plano de aquisição dos insumos, para que os testes não voltem a faltar no Tocantins. [Leia mais.](#)

3. MP/CE recomenda que Fortaleza institua multa para quem não usa máscara em público

O Ministério Público do Ceará enviou recomendação à Prefeitura de Fortaleza e à Secretaria de Saúde para que criem multa para as pessoas que não observarem o dever individual de usar máscara de proteção, industrial ou caseira, em ambiente ou espaço públicos, na rua, no interior de transporte público ou de estabelecimentos em funcionamento, bem como nas áreas comuns de condomínios. O documento lembra que o uso de máscaras busca resguardar a saúde pública e, por isso, deve ser fiscalizado pelas



autoridades sanitárias. A máscara seria dispensada apenas para crianças menores de dois anos de idade e para quem, por alguma deficiência ou enfermidade comprovada em atestado médico, não possa ou tenha dificuldade de utilizá-la, além de pessoas que estejam realizando atividade física ao ar livre com distanciamento de pelo menos um metro dos demais. [Leia mais.](#)

4. Estado acata sugestão do MP/MG e cria rede solidária para remanejar estoques de medicamentos em falta

Foi publicada em edição extra do Diário Oficial de Minas Gerais, em 4 de julho, a Deliberação 63 do Comitê Extraordinário Covid-19, que dispõe sobre a articulação e integração de prestadores de serviço de saúde diante da insuficiência e indisponibilidade temporária de 22 medicamentos utilizados em procedimentos hospitalares. A deliberação autoriza os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, instituições contratadas e entidades que prestam serviço de saúde no estado a adotar medidas de articulação e integração para criar uma rede solidária e, assim, remanejar estoques de medicamentos entre as redes pública e privada neste momento de pandemia. O resultado é fruto da articulação iniciada pela Câmara de Prevenção e Resolução de Conflitos do MP/MG, que vem acompanhando a falta de remédios (principalmente anestésicos) no estado e discutindo soluções para combater o desabastecimento. [Leia mais.](#)

5. Recomendações tratam das adequações na coleta de resíduos sólidos

O Ministério Público do Tocantins (MP/TO) está encaminhando [recomendações aos municípios tocaninenses](#) com orientações sobre as adequações necessárias aos serviços de coleta e gestão de resíduos sólidos durante a pandemia de covid-19. O MP/TO lembra que a captação e o tratamento dos resíduos sólidos é serviço público essencial na pandemia. Também destaca que existe legislação a ser seguida pelas gestões municipais, responsáveis pela execução do serviço, em especial a Nota Técnica 04/2020 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que trata das adequações nas condições de trabalho e de higiene dos



BOLETIM

profissionais e trabalhadores da limpeza, para minimizar sua exposição ao novo coronavírus. Recomendação similar foi enviada pelo Ministério Público do Ceará ao [Município de Novas Russas](#). As recomendações tratam também da interrupção das atividades de coleta irregulares, capazes de oferecer risco aos catadores, além da adoção de providências para a identificação destes trabalhadores e sua inclusão em programas sociais.